
POLÍTICAS DE INCLUSÃO: A ARTE DE GOVERNAR A PARTIR DA LIBERDADE¹

Betina Hillesheim²

Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul-RS, Brasil

Anita Guazzelli Bernardes

Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, Brasil

RESUMO. Este artigo tem por objetivo discutir as políticas de inclusão e suas relações com o que Michel Foucault compreende como mecanismos de segurança, característicos de uma sociedade regida por uma lógica neoliberal. Para subsidiar a discussão, utiliza-se o personagem do livro “O Cavaleiro Inexistente”, do escritor italiano Ítalo Calvino. Entendendo que os dispositivos de segurança se constituem mediante a gestão de séries abertas, criando um cenário que considere os acontecimentos ou elementos possíveis, os quais só podem ser controlados por meio de estimativas de probabilidades, as políticas de inclusão demandam esforço de investimento na vida, tendo a liberdade como pressuposto fundamental. Nesta perspectiva, nas sociedades contemporâneas, mais do que a exclusão, o que está em cena é a necessidade de inclusão, tanto no sentido de mapeamento e esquadramento das condutas, quanto na prevenção ao risco, isto é, ações dirigidas a indivíduos e grupos potencialmente perigosos.

Palavras-chave: políticas públicas; poder; risco.

INCLUSION POLICIES: THE ART OF GOVERNING FROM THE FREEDOM

ABSTRACT. This article aims to discuss the inclusion policies and their relationship to what Michel Foucault understands as security mechanisms, characteristic of a society governed by a neoliberal logic. To support the discussion, we use the character of the book “The Nonexistent Knight”, by the Italian writer, Italo Calvino. Understanding that safety devices are made up by the management of open sets, creating a scenario that considers the possible events or factors, which can only be controlled through probability estimates, the inclusion policies require an effort investment in life, considering the freedom as a fundamental assumption. In this perspective, in the contemporary societies, rather than exclusion, what is on the scene is the need for inclusion, both in the sense of behaviors mapping and scrutinizing and in risk prevention, i.e. actions aimed at individuals and groups considered potentially dangerous.

Keywords: Public policies; power; risk.

POLÍTICAS DE INCLUSIÓN: EL ARTE DE GOBERNAR A PARTIR DE LA LIBERTAD

RESUMEN. Este artículo tiene como objetivo debatir sobre las políticas de inclusión y sus relaciones con lo que Michel Foucault comprende como mecanismos de seguridad, característicos de una sociedad regida por una lógica neoliberal. Para sustentar la discusión, se utiliza el personaje del libro “El Caballero Inexistente”, del escritor italiano Ítalo Calvino. Entendiendo que los dispositivos de seguridad están constituidos por la gestión de series abiertas, creando un escenario que considera los acontecimientos o elementos posibles, los cuales solo pueden ser controlados mediante las estimativas de probabilidades, las políticas de inclusión demandan un esfuerzo de inversión en la vida, teniendo la libertad como premisa fundamental. Desde este punto de vista, en las sociedades contemporáneas, más que la exclusión, lo que se pone énfasis en la necesidad de inclusión, tanto en el sentido de mapeo y escrutinio de las conductas, como en la prevención del riesgo, es decir, acciones dirigidas a los individuos y grupos potencialmente peligrosos.

Palabras clave: Políticas públicas; poder; riesgo.

¹ *Apoio e financiamento:* Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

² *E-mail:* betinahillesheim@gmail.com

As políticas de inclusão se constituem, atualmente, como estratégias de políticas sociais. No presente artigo, a questão que nos leva a interrogar as políticas de inclusão é o jogo que as tornam possíveis de serem enunciadas de determinada forma. Apontamos, assim, a necessidade de colocar em análise o modo como as políticas de inclusão emergem em um território de políticas econômicas. Isto significa um exercício de inflexão, mediante o qual as políticas de inclusão não são tomadas como um campo de exterioridade às políticas econômicas, mas como mais um elemento que se faz presente em razão das estratégias de governamentalidade.

Com isso, pretendemos percorrer certa problemática que se torna possível a contar da modernidade, a partir da conformação do que Foucault (1985) denominou como biopolítica. Deste modo, trata-se de uma analítica na qual as políticas de inclusão necessitam ser interrogadas, pois os mecanismos que as traduzem, como uma bandeira de lutas por uma sociedade mais igualitária, são parte de uma governamentalidade, isto é, de um governo de sociedade. Migra-se, então, de um plano de evidência de um campo social que operaria por procedimentos de exclusão, para os jogos em que a inclusão passa a ser gestada como forma de governo da sociedade e, sobretudo, da população.

Partilhamos da posição de Veiga-Neto (2012), para quem não se trata de defender ou atacar as políticas de inclusão, colocando-se, rapidamente, a favor ou contra as mesmas. Recorrendo à metáfora bachelardiana da casa, o autor propõe que ocupemos todas as dependências de nosso pensamento, do porão ao sótão, tendo clareza sobre as distinções entre análise e agência. Dessa maneira, assim como um agenciamento mal fundamentado é vazio, também uma analítica fechada em si mesma é estéril, sendo necessária mais do que uma militância – entendida como um fazer automatizado, obediência irrefletida, ação militar –, uma ação consequente, um ativismo compreendido como uma ação que une análise e agência. Consideramos, com isso, a importância de não se naturalizar as políticas de inclusão, de modo que as mesmas se constituíram como a expressão de uma política que busca diminuir as inequidades sociais, mas também como elementos que devem ser permanentemente interrogados no sentido de seus efeitos.

Inclusão e exclusão: entrelaçamentos

Ítalo Calvino, em “O Cavaleiro Inexistente”, cria um personagem interessante que pode nos auxiliar nessa discussão. A história de Calvino inicia por algo inusitado: Carlos Magno, ao fazer a revista do exército francês, depara-se com Agilulfo, cavaleiro de Selimpia Citieriore e Fez, sendo que, ao pedido do rei para que levante a armadura e mostre o rosto, ele responde não existir. O rei duvida e insiste. O cavaleiro hesita, porém, levanta a viseira e mostra que, dentro da armadura, não há ninguém. Segue-se o diálogo:

- Ora, ora! Cada uma que se vê! – disse Carlos Magno. – E como é que está servindo, se não existe?
- Com força de vontade – respondeu Agilulfo, – e fé em nossa santa causa!
- Certo, muito certo, bem explicado, é assim que se cumpre o próprio dever. Bom, para alguém que não existe está em excelente forma! (Calvino, 2005, p. 10).

Por que trazer a imagem de um cavaleiro inexistente para iniciar um texto que propõe discutir políticas de inclusão? Ao falarmos de inclusão, é necessário considerarmos a exclusão, visto que só podemos falar no primeiro termo se houver o segundo. Fonseca (2014), discutindo a questão da inclusão/exclusão social, aponta que é preciso considerar ainda a ambiguidade e imprecisão desses termos, sendo que, quando associados à problemática da pobreza, são utilizados em contextos e situações bastante diversos, reunindo noções relativas à privação, carência, vulnerabilidade e estigmatização, entre outras. Assim, para a autora, inclusão e exclusão não constituem polos opostos, mas complementares, tratando-se de um círculo fechado que se autoalimenta.

Esta relação imediata entre exclusão e inclusão é possível a partir da modernidade. A modernidade inaugura, tanto no âmbito do pensamento quanto das práticas sociais, um conjunto de procedimentos, atualizados por um discurso histórico-político, que constituirá uma estrutura binária que atravessa a sociedade. Para Foucault (2005a), esta estrutura é forjada a partir do momento em

que, na trama da sociedade, aparece uma forma precisa na qual a guerra se desenrola sob a paz. A guerra, na modernidade, não é mais um termo relativo às apropriações soberanas, mas à própria sociedade, isto é, visa garantir a paz no interior da própria sociedade.

Esse jogo do discurso histórico-político divide a sociedade de uma forma binária, a partir de uma guerra das raças. Todavia, diferentemente do que acontecia até o século XVIII, a guerra das raças não acontece em territórios distintos, mas no mesmo território. Este discurso histórico-político marcará que “o corpo social é no fundo articulado a partir de duas raças. É a ideia segundo a qual a sociedade é, de um extremo ao outro, percorrida por esse enfrentamento das raças” (Foucault, 2005a, p. 71). Entretanto, é importante considerar que esta fratura binária não se refere a raças exteriores umas às outras: trata-se de uma mesma raça que se subdivide. Esta subdivisão registraria, então, alguns procedimentos que integram um jogo entre inclusão e exclusão nos diferentes equipamentos que governam a sociedade. Além disso, engendra-se a possibilidade na qual a guerra pela paz é um dos procedimentos para as liberdades, ou seja, inclusão e exclusão se constituem como tecnologias que, a partir da paz na sociedade, permitiriam o exercício das liberdades. Ou, como escreve Calvino (2005, p. 10): “- Com força de vontade – respondeu Agilulfo, – e fé em nossa santa causa!”.

Com isso, as relações entre esses termos são de várias ordens, pois tanto só faz sentido falar em incluir aquilo que, em um primeiro momento foi excluído, quanto se pode pensar a inclusão como um processo inacabado, visto que a exclusão sempre está implicada na inclusão. Portanto, é no jogo entre a guerra e a paz que se torna possível operar com um procedimento binário de inclusão e exclusão, com vistas à liberdade, a uma santa causa.

Essa é uma primeira aproximação do nosso cavaleiro inexistente com as políticas de inclusão: os excluídos, a partir de Castel (citado por Lopes, 2009), em uma posição teórica mais radical, são aqueles que não são capturados pelas estatísticas e serviços do Estado (o que não significa que não sejam capturados pela governamentalidade do Estado), tornando-se invisíveis na medida em que não causam maiores incômodos. Afinal, se não são vistos, se não são contabilizados nas estatísticas, se não demandam dos serviços, suas existências são negadas. Neste sentido mais radical, podemos pensar que a inclusão não é sequer cogitada, pois não é possível incluir os inexistentes. Mas, seguindo os rastros de Castel (1998), na modernidade, a franja social que habitava o território acaba por tornar-se foco de estratégias de governo, ou seja, aquilo que era inexistente como campo de visibilidade de governo, com a emergência de um governo de sociedade, torna-se uma questão social. A questão social, principalmente aquela relativa à pobreza, cria um campo de visibilidade para uma franja social que orbitava ao redor do território, sem necessariamente fazer parte dele (Bernardes, Pelliccioli & Marques, 2013). Passa a ser incluída como elemento de um território: “- Ora, ora! Cada uma que se vê! – disse Carlos Magno. – E como é que está servindo, se não existe?” (Calvino, 2005, p. 10).

Entretanto, há usos mais abrangentes do conceito de exclusão. Lopes (2009) assinala que a palavra exclusão é constantemente associada às minorias em geral, assim como à própria noção de crise, que é um estado característico da contemporaneidade. Na maior parte das vezes, o uso deste termo não se relaciona propriamente à exclusão compreendida como um processo engendrado historicamente, mas a determinadas situações de vulnerabilidade, marginalização ou expurgação.

Além disto, o conceito de exclusão é utilizado a partir do estabelecimento de padrões de normalidade, na medida em que se marca aquele que é anormal e, portanto, está excluído de determinados processos e precisa ser incluído. Neste sentido, aquele que é excluído parece não ter nome ou corpo, sendo que, a partir da inclusão, é nomeado e tornado visível: “ou seja, dada a desordem pelo desconhecimento do outro excluído, pela distância dos excluídos, pela falta de controle sobre eles, o outro incluído aparece próximo, pois pode ser entendido e ordenado” (Lasta & Hillesheim, 2014, p. 143-144), possibilitando-se que se construam saberes e se instituem lugares para esse outro.

Por esses distintos usos do termo exclusão, podemos considerar que nosso cavaleiro inexistente torna-se visível: embora a armadura esteja vazia, ele compõe o exército e se propõe a lutar pelo rei. Como diz Carlos Magno na narrativa citada acima, ele cumpre bem seu próprio dever, pois permite ser capturado pelas estatísticas e serviços de Estado, fazendo-se presente, embora só possamos visualizar seus contornos e, ao abrímos sua armadura, nada conseguimos ver.

Nosso cavaleiro inexistente ocupa um lugar no mundo, passa a ser parte da população. Porém, quais as implicações de considerá-lo parte da população? O problema da população, segundo Foucault (1985), integra as transformações ocorridas na passagem de uma sociedade de soberania para a constituição de um Estado-nação. Há uma inversão no funcionamento do poder: se a sociedade soberana era regida por um poder de vida e morte, isto é, o poder do soberano caracterizava-se como uma instância de confisco, podendo causar a morte ou deixar viver, a partir do século XVIII as estratégias de poder combinam-se a funções de incitação, controle e vigilância, passando a fazer viver ou deixar morrer. Desta forma, constituiu-se tanto uma função disciplinar, que tem como foco os corpos dos indivíduos, quanto uma biopolítica, que se volta para as populações. São estratégias de governo dos vivos amparadas em um racismo de Estado, “um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social.” (Foucault, 2005a, p. 73). Desenvolve-se um poder cuja prioridade é o investimento na vida e que tem como efeito uma sociedade normalizadora, na qual são necessários mecanismos contínuos de regulação e correção, distribuindo os sujeitos em um campo de valor e utilidade, ou seja, mecanismos que a um só tempo excluem e incluem (Scisleski & Bernardes, 2014). Afinal, “temos de defender a sociedade contra todos os perigos biológicos dessa outra raça, dessa sub-raça, dessa contra-raça que estamos, sem querer, constituindo.” (Foucault, 2005a, p 73).

Mediante o biopoder, a noção de população emerge como sujeito político, pois as características biológicas da espécie humana, tais como natalidade, mortalidade e a saúde, de forma geral, passam a ser consideradas dentro de uma estratégia geral de poder. Para dar conta destes fenômenos, que não são redutíveis ao indivíduo, mas dizem respeito ao conjunto da população, não são mais suficientes mecanismos disciplinares, pautados na vigilância e correção dos comportamentos, mas outra distribuição das coisas e dos mecanismos de poder, mediante a criação de mecanismos de segurança. É preciso ainda destacar que não se trata da substituição de uns por outros, mas de fazer operar, conjuntamente, mecanismos disciplinares e de segurança (Foucault, 2008).

Ao tratar da questão da governamentalidade, Foucault (2003) discute que, inicialmente, o problema do governo (como governar-se, como ser governado, como governar os outros, quem pode governar etc.) é formulado pelo modelo da família. Porém, no século XVII, esta forma de governar sofre um bloqueio, uma vez que o modelo familiar é inconsistente e frágil diante do quadro do Estado. Desta maneira, é a emergência do problema da população, a partir de determinados processos gerais, tais como a expansão demográfica, a abundância monetária, o aumento da produção de alimentos, entre outros, que possibilita o desbloqueio da arte de governar. A população torna-se foco de técnicas específicas que possibilitam ao Estado governar, mediante um investimento maciço na vida, sendo que o Estado toma como dever o cuidado tanto dos indivíduos como da população, considerando que a população tem suas próprias regularidades, as quais não são redutíveis ao indivíduo (Foucault, 2004).

Por outro lado, ao descrever as transformações na gestão das populações, Castel (1987) sublinha que, mais do que o controle das patologias ou o tratamento de sintomas, passa a haver a preocupação com o risco de determinados grupos desviarem-se da norma. Por sua vez, Scisleski e Bernardes (2014) chamam a atenção para o fato de que, no momento em que a população passa a ser considerada como um elemento central para as ações administrativas geridas pelo Estado, ocorre a inclusão de uma variedade de formas de vida que, antes da modernidade, não estavam incluídas, entre as quais se podem citar as crianças, os loucos, as mulheres, os velhos etc. Porém, para que haja esse investimento na vida, é preciso que o Estado delimite seu foco, isto é, que trace as estratégias que separam as formas de vida nas quais se deve investir em detrimento de outras, as quais se pode deixar morrer. Neste ponto, deparamo-nos mais uma vez com a figura do cavaleiro inexistente, desta vez sob a forma de risco. Devemos ter claro que o risco não está relacionado à existência do perigo, mas, como coloca Castel (1987), à probabilidade do surgimento de comportamentos tidos como indesejáveis. Prevenir se constitui, antes de tudo, como vigiar, antecipando o aparecimento de acontecimentos indesejáveis nas populações identificadas como portadoras de risco. Entretanto, esse modelo de vigilância não se inscreve nas técnicas disciplinares tradicionais, que eram dirigidas ao indivíduo, mas a fatores (de risco) e correlações estatísticas que

desconstroem o sujeito concreto de intervenção e o recompõe a partir da combinação sistemática de todas as variáveis que possam ocasionar risco. Não se trata, assim, do enfrentamento de uma situação de perigo, mas da antecipação de todas as figuras suscetíveis de produzir perigo.

Nessa perspectiva, Lasta e Hillesheim (2014) apontam que as políticas de inclusão, como estratégias de governamentalidade, respondem a uma urgência, entre as quais destacam a fixação de lugares para aqueles tidos como anormais. A escola se configura como um destes lugares inclusivos, buscando dar conta das necessidades educacionais, econômicas, culturais, sociais e políticas daqueles indivíduos que compõem a larga franja da anormalidade, homogeneizando as diferenças, assim como determinando níveis, fixando especialidades e tornando úteis as diferenças.

Temos aqui, na figura do cavaleiro inexistente, aqueles indivíduos que Foucault (2005b) definiu como potencialmente perigosos, ou seja, aqueles para os quais, mediante o agrupamento de determinados fatores considerados de risco, tornam-se foco das preocupações do Estado, não tanto pelo que eles fazem, mas especialmente pelo que eles podem vir a fazer, ou seja, um risco social. A partir da noção de risco, não se tratam mais dos atos em si, mas das virtualidades do comportamento. É por essa ótica que são forjadas uma série de instituições – a escola, o asilo, a polícia, o hospital... – que têm por objetivo o controle desses indivíduos e sua inserção em uma rede de poder que busca a correção de suas virtualidades, a prevenção dos riscos. Trata-se de uma política de inclusão que opera sobre aquilo que estaria excluído. Um procedimento de captura dos efeitos da própria forma de governo da sociedade.

Esse deslocamento da noção de perigo para a ideia de risco pressupõe novos mecanismos de controle vinculados ao biopoder, no qual a população passa a assumir, cada vez mais, os riscos decorrentes de suas escolhas e condutas (Castel, 1987). Também podemos pensar que é a partir da preocupação com o risco que a inclusão torna-se um conceito fundamental para a nossa sociedade, constituindo-se, nas palavras de Lopes (2011, p. 10), “como um conjunto de práticas que a tornam um objeto passível de ser pensado” e que estão direcionadas para o disciplinamento, controle e regulamentação da população.

Políticas de inclusão e liberdade

Tendo em vista que, na perspectiva foucaultiana, governar é a construção de ações que visam à condução das ações de homens livres, Lopes (2011) aponta que as políticas de inclusão podem ser compreendidas como manifestações da governamentalidade, as quais, por meio de uma economia geral de poder, objetivam alcançar o máximo de resultados, mediante um mínimo de esforço de poder. Assinalamos que essa economia geral do poder estará articulada à liberdade. O que se inaugura a partir da modernidade é a possibilidade das liberdades. Diferentemente das condições que a determinavam até o século XVII como consanguinidade e estrutura social, agora o que está em jogo é aquilo que cabe ao indivíduo fazer para acessar a liberdade. O poder que se exerce sobre a vida é um poder para as liberdades. O governo das condutas, ou seja, as formas de condução das condutas como foco da governamentalidade, está diretamente vinculado às liberdades. Desta forma, de uma guerra das raças se estabelecerá uma série entre sociedade-segurança-liberdade. Nesse caso, uma das estratégias privilegiadas de governo será o jogo entre inclusão e exclusão, mediante a regulação da população.

A inclusão será uma forma de exercício de poder que opera por mecanismos de exclusão (Fonseca, 2014). Esta relação se dá pelo princípio de normalização, que encontrará em diferentes tecnologias suas formas de expressão: pedagogos, médicos, psicólogos, assistentes sociais etc. Além disso, essas tecnologias operam e investem em distintos objetos, portanto, não existe um foco específico, mas, ao contrário, uma dispersão. A dispersão da inclusão funcionará a partir de distintas políticas sociais que se cruzam, mas também se afastam. Por sua vez, as políticas sociais operam por um princípio de irregularidade, visto que focalizam condutas distintas e mecanismos de controle também distintos (Lasta & Hillesheim, 2014).

Para alguns grupos, a inclusão se dará por um processo de deslocamento de campos abertos para campos fechados, como no caso dos usuários de crack. As políticas de inclusão para esta população são, predominantemente, as do confinamento. Para outros grupos, tais como aqueles

classificados por suas insuficiências/deficiências (cegos, surdos, deficientes físicos, obesos, sindrômicos, idosos, crianças etc.), as políticas operam em um campo aberto. Ou seja, são formas de inclusão nas escolas, no trabalho, nas universidades, bem como relativas à mobilidade urbana. Além disso, há ainda outros grupos, focos de determinadas políticas públicas, que se agregam por classificações de renda e raça, os quais também são investidos por tecnologias em campo aberto, fundamentalmente ligadas ao acesso ao trabalho, educação e consumo. Porém, também por um princípio de irregularidade, as ações são distintas, pois se caracterizam por aquilo que faz incluir no campo social – no caso, diferenças étnicas e sociais (Bernardes et al., 2013).

E como se alcançam tais efeitos? A resposta, para Foucault (2008), está no fato de que uma das principais características dos dispositivos de segurança é a gestão de séries abertas, buscando criar um cenário que considere os acontecimentos ou elementos possíveis, os quais só podem ser controlados por estimativas de probabilidades. Desta maneira, diferentemente dos mecanismos disciplinares, que isolam o espaço, concentrando forças e a tudo regulamentando, os mecanismos de segurança intervêm sobre o meio, focando a população, ampliando a ação e integrando, permanentemente, novos elementos. Não se trata, portanto, de proibir ou obrigar, mas produzir liberdade, fundamentando-se no princípio do 'deixar fazer', garantindo e assegurando a circulação. Os dispositivos de segurança pressupõem a liberdade, desenrolando-se em um campo relacional de forças. Esta é uma tecnologia de poder que pensa, primeiramente, na natureza das coisas, considerando, antes de tudo, a liberdade dos homens, o que eles querem, quais seus interesses, suas pretensões. A liberdade é, assim, "o correlativo da implantação dos dispositivos de segurança" (p. 63), os quais só podem operar bem a partir da liberdade, visto que é "um poder que se pensa como regulação que só pode se efetuar através de e apoiando-se na liberdade de cada um." (Foucault, 2008, p. 64).

Neste ambiente de 'deixar fazer' mais do que impedir ou proibir, a inclusão toma a forma que conhecemos hoje. Foucault (2001) nos traz os exemplos da lepra e da peste para ilustrar o deslocamento de uma sociedade que utiliza a exclusão para a resolução de seus problemas, para uma sociedade que necessita incluir para melhor governar. Para Rabinow (1999), o que está em questão é a inclusão de praticamente todas as formas de atividade humana, tendo em vista um gerenciamento do Estado que se dá por meio de uma meticulosa atenção à população, com o intuito de melhor conduzi-la.

Deste modo, as políticas de inclusão encontram pontos de apoio em certa regularidade, que se refere a uma aproximação, cada vez mais meticulosa, que visa à caracterização de cada população foco, tal qual Carlos Magno ao fazer a revista do exército francês e deparar-se com Agilulfo, cavaleiro de *Selimpia Citieriore* e Fez. A revista da população se dá por diferentes procedimentos, tais como fichas de cadastramento, perícias, laudos, atestados, comprovações de renda, raça, estado social, entre outros. Além disso, na medida em que as políticas de inclusão constituem-se pela série sociedade-segurança-liberdade, as formas de administração e gestão da população alojam também possibilidades de maximização da saúde, da longevidade, da força de cada indivíduo, ou seja, uma tecnologia que se estabelece pelo permanente exame das regularidades e investe na vida. O exame acompanha o controle em que nada poderá escapar, nenhuma comunidade confusa, comportamento disperso, agrupamentos irregulares, "cuja ramificação capilares atingem sem cessar o próprio grão dos indivíduos, seu tempo, seu habitat, sua localização, seu corpo." (Foucault, 2001, p. 59).

Hardt e Negri (2006), ao analisarem o que denominam como império contemporâneo – uma ordem universal que, diferentemente do imperialismo, não se estabelece a partir de um centro territorial de poder, nem aceita limites de fronteiras –, lembram que o capitalismo não opera por divisões entre dentro e fora, pois o que o faz prosperar é a inclusão, sendo que as barreiras ou exclusões contrariam sua lógica. Desta forma, o império fundamenta-se em um triplo imperativo: inclusivo, diferencial e gerencial. O primeiro consiste em sua face magnânima e liberal: todos são bem-vindos e devem ser integrados: "o Império é uma máquina de integração universal, uma boca aberta com apetite infindável, convidando todo mundo para entrar pacificamente em seus domínios" (p. 218). O segundo momento, por sua vez, realiza a celebração das diferenças. E, finalmente, o momento gerencial supõe a administração e hierarquização das diferenças, mediante o gerenciamento não de soluções únicas, mas de variáveis complexas que estão sempre se

modificando e que exigem soluções múltiplas e sempre cambiantes. Portanto, o império lida com as diferenças não no sentido de negação ou minimização das mesmas, mas de afirmação e ordenamento dessas numa economia geral de comando.

Assim, como sublinha Lopes (2011), a inclusão é uma invenção de nosso tempo. Deste modo, nos últimos anos, foram criadas várias políticas – educacionais, de saúde, de assistência social etc. – no sentido de dar conta dos indivíduos e grupos identificados como excluídos ou em risco de exclusão: os miseráveis, as pessoas com deficiência, os velhos, as crianças e jovens em situação de rua, os desempregados, os sem tetos, entre outros. Nesta perspectiva, a autora pontua que duas regras são fundamentais: 1) todos precisam estar integrados no jogo do mercado, sendo atingidos pelas ações do Estado e pelo próprio mercado e 2) todos necessitam participar, em diferentes níveis, das relações que se estabelecem entre o Estado e a população. O mecanismo que apoiará esta racionalidade é aquele que se produz pela norma. As estratégias de inclusão focalizarão duas dimensões fundamentais para o seu exercício. A primeira é sustentar-se na regra de conduta, "como lei informal, como princípio de conformidade; a norma que se opõe a irregularidade, a desordem, a esquisitice, a excentricidade, o desnivelamento, a discrepância." (Foucault, 2001, p. 204). A segunda é "num outro sentido: a norma como regularidade funcional, como princípio do funcionamento adaptado e ajustado; o normal a que se oporá o patológico, o mórbido, o desorganizado, a disfunção." (Foucault, 2001, p. 204).

A norma, como princípio de regulação das políticas sociais e da multiplicidade para as quais se dirige, acaba por tornar a invisibilidade do nosso cavaleiro em um exercício de esquadramento de visibilidades. Ou seja, como as políticas de inclusão são estratégias para as liberdades, os diferentes mecanismos que as colocam em funcionamento operam para distintas direções. Não há, portanto, uma oposição entre regulação do Estado e liberdade do indivíduo, mas a racionalidade governamental opera de acordo com uma lógica estratégica, mediante uma política de multiplicidade que visa a conduzir as condutas dos sujeitos (Lazzarato, 2008). Esta condução não é homogênea, tampouco acontece a partir de um único lugar e para uma única direção, fazendo-nos lembrar a história narrada por Galeano (2005):

Noueched era maneta. Tinha sido preso em duas etapas. Primeiro tinham prendido seu braço. Depois, ele. O braço caiu em Montevideu. Noueched vinha escapando, correndo sem parar, quando o policial que o perseguia conseguiu agarrá-lo e gritou: "*Teje preso!*", e ficou com o braço na mão. O resto de Noueched caiu preso um ano e meio depois, em Paysandú. Na cadeia, Noueched quis recuperar o braço perdido: - *Faça um requerimento* - disseram a ele.... Quando finalmente teve lápis e papel, formulou seu requerimento de braço. Tempos depois responderam. Não. Não era possível: o braço estava em outro expediente. Ele tinha sido processado pela justiça militar. O braço, pela justiça civil. (p.60; itálicos do autor).

Como se trata de um plano aberto, as estratégias são bifurcantes, capilares. Não é, neste caso, uma falha da política (Noueched na justiça militar e seu braço na justiça civil), mas parte do próprio jogo de acesso de uma política social econômica, em que se inclui e se exclui ao mesmo tempo. Tem-se, assim, a inclusão como um imperativo neoliberal, a partir da articulação entre segurança, população e governo (Lopes, 2009), sendo que "a garantia da inclusão não contradiz as políticas de mercado, mas funciona como condição de possibilidade para fazê-lo existir e funcionar." (Soares & Hillesheim, 2011, p. 127).

Neste jogo complexo entre inclusão e exclusão, devemos considerar que há o objetivo da não perpetuação de um Estado de assistência, ou seja, tal como discute Lopes (2009), busca-se a transformação de um Estado de seguridade por assistência para um Estado de seguridade por previdência, o que só é possível na medida em que existe uma contribuição, a partir da força de trabalho e da garantia dos fluxos de mercado, dos indivíduos para o Estado. As políticas de inclusão pretendem garantir o equilíbrio entre previdência e assistência, sendo que a inclusão é necessária para o bom funcionamento social. Pela inclusão, podemos compreender o investimento do Estado no sentido de que as pessoas, mediante o acesso a auxílios diversos (como, por exemplo, o programa Bolsa-Família), deixem de se constituir como "consumidores falhos" (Bauman, 2005, p. 22), tornando-se aptos a participar de uma sociedade que é definida como uma sociedade de consumidores. Além

disso, como salientam Oliveira e Heckert (2013), é importante compreender que tais políticas sociais estão submetidas a uma lógica de governo para a qual as diferenças são inerentes ao seu funcionamento, na medida em que tais diferenças regulam a própria sociedade. Nessa perspectiva, embora o formato dos acontecimentos não seja determinado pelas artes de governar, as políticas sociais são efeitos dos diferentes arranjos de forças que emergem como resposta para aquilo que é percebido como um problema.

Sobre o cavaleiro inexistente e as políticas de inclusão

Considerando-se a discussão realizada até aqui, em uma sociedade fundamentada nos dispositivos de segurança, a questão da normalização ressurgiu de forma diferente do que em uma sociedade disciplinar. Conforme Foucault (2008), enquanto a normalização disciplinar parte de um modelo, estabelecendo uma norma a partir da qual todos são posicionados, tratando-se mais de uma normação do que uma normalização propriamente dita, em uma sociedade de segurança a normalização não incide sobre o indivíduo, mas sobre a população, não sendo suficiente a demarcação disciplinar entre normal e anormal, mas considerando o conjunto, partindo não da norma, mas do que é normal para determinada população, sendo que a norma é deduzida do mesmo.

De acordo com Rabinow (1999), a normalização é essencial ao biopoder, que utiliza de mecanismos constantes de regulação e correção, desempenhando uma função essencial na produção, classificação e controle dos desvios sociais. Muito mais do que julgamentos morais sobre o que é certo ou errado em uma dada sociedade, busca-se avaliar o que é normal ou anormal, agindo tanto no isolamento das anomalias quanto na sua correção.

Inclusão se refere, nessa perspectiva, a modos de produção e gestão da vida, seja por meios disciplinares, seja pela regulação da população. Tem-se, portanto, exclusão e inclusão como processos, formas e fluxos que compõem uma rede inclusiva inevitável (Heckert & Andrade, 2010).

Tendo em vista esse panorama geral, podemos identificar duas figuras que se fundem na imagem de nosso cavaleiro inexistente:

1 – o cavaleiro inexistente representa a exclusão no sentido mais radical, aquele que não é visível e, não existindo, não é mensurado pelas estatísticas e nem se torna foco das políticas públicas. Como no caso dos leprosos na Idade Média, condenados à reclusão e apartados do convívio social, o nosso cavaleiro é somente uma figura ameaçadora e estranha, mas distante. Sua aparição é rápida, somente para nos lembrar de sua monstruosidade, mas logo desaparece nas sombras da não existência;

2 – embora não se materialize em um corpo concreto, o cavaleiro inexistente é visível por sua armadura. Ele ocupa um lugar no mundo, sendo considerado no conjunto da população. Mais do que sua existência (ou não existência), o que está em xeque é sua virtualidade, a partir da noção de risco. Mais do que a exclusão, o que está em cena é a necessidade de inclusão, tanto no sentido de mapeamento e esquadramento das condutas, quanto na prevenção ao risco, isto é, ações dirigidas a indivíduos e grupos potencialmente perigosos. A inclusão é, assim, um processo em curso contínuo.

Podemos afirmar que é por esta segunda figura que se fazem necessárias as políticas de inclusão, visto que demandam um esforço de investimento na vida, bem como uma lógica de multiplicidade, ou seja, na medida em que o pressuposto fundamental é a liberdade, muitos fatores entram em jogo, complexificando-se os processos e exigindo, constantemente, que se inventem outras formas de compreensão e intervenção sobre a realidade, armando tensores e desmantelando nossas certezas. Afinal, apesar de ser apenas uma armadura vazia, nosso cavaleiro responde com convicção: está servindo ao rei com sua força de vontade e fé em sua santa causa! E, como reconhece o rei, mesmo não existindo, está em excelente forma, pois é assim que se cumpre o seu dever...

- Terei de considerar igual a mim este escudeiro, Gurdulu, que nem sabe se existe ou não?
- Até ele aprenderá... Nem nós sabíamos que estávamos no mundo... Também a existir se aprende... (Calvino, 2005, p. 113)

Referências

- Bauman, Z. (2005). *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bernardes, A.G.; Pelliccioli, E.C., & Marques, C.F. (2013). Vínculo e práticas de cuidado: correlações entre políticas públicas e formas de cuidado. *Ciência e Saúde Coletiva*, 18(8), 2339-2346. Recuperado em 06 de novembro, 2014, de http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013001600018.
- Calvino, I. (2005). *O cavaleiro inexistente*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Castel, R. (1987). *A gestão dos riscos. Da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Fonseca, Z. (2014). Exclusão-inclusão: circularidade perversa no Brasil contemporâneo. *Trabalho, Educação e Saúde*, 12(2), 231-252. Recuperado em 09 de novembro, 2014, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462014000200002.
- Foucault, M. (1985). *História da sexualidade. A vontade de saber*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2001). *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2003). *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2004). *Ditos e escritos V. Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2005a). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2005b). *A verdade e as formas jurídicas*. 3a. ed., Rio de Janeiro: Nau.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes.
- Galeano, E. (2005). *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM.
- Hardt, M., & Negri, A. *Império*. (2006). 8a. ed. Rio de Janeiro: Record.
- Heckert, A.L.C., & Andrade, R.B. de. (2010). Caminhos bifurcantes na educação inclusiva: inclusões e rebeldias silenciosas na educação pública. *Fractal*, 22(3), 497-521. Recuperado em 12 de novembro, 2014, de <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/351/478>.
- Lasta, L.L., & Hillesheim, B. (2014). Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade. *Psicologia & Sociedade*, 26(nº spc), 140-149. Recuperado em 05 de novembro, 2014, de:
- <http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3732/2362>.
- Lazzarato, M. (2008). Biopolítica/bioeconomia. In: I C. F. Passos. (Org.). *Poder, normalização e violência: Incursões foucaultianas para a atualidade* (pp. 41-52). Belo Horizonte: Autêntica.
- Lopes, M.C. (2009). Políticas de inclusão e governamentalidade. *Educação e Realidade*, 34(2), 153-169. Recuperado em 18 de julho, 2011, de: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8297/5536>.
- Lopes, M.C. (2011). Prefácio: políticas de inclusão e governamentalidade. In: A. S. Thoma, & B. Hillesheim. (Orgs.). *Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças* (pp. 7-15). Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- Oliveira, C.M.C., & Heckert, A.L.C. (2013). Os centros de referência de assistência social e as artes de governar. *Fractal: Revista de Psicologia*, 25(1), 145-160. Recuperado em 13 de novembro, 2014, de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922013000100010&lng=pt&tlng=pt.
- Rabinow, P. (1999). *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Scisleski, A.C.C., & Bernardes, A.G. (2014). Sobre Foucault e Agamben: uma reflexão sobre subjetividade, ética e políticas públicas. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 19(2), 128-137. Recuperado em 31 de outubro, 2014, de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2014000200005&script=sci_arttext.
- Soares, R., & Hillesheim, B. (2011). Escola e governo das diferenças: a inclusão do aluno com deficiência visual. In: A. S. Thoma., & B. Hillesheim. (Orgs.). *Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças* (pp. 109-129). Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- Veiga-Neto, A. (2012). É preciso ir aos porões. *Revista Brasileira de Educação*, 17(50), 267-282. Recuperado em 02 de novembro, 2014, de: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a02.pdf>.

Recebido em 14/11/2014

Aceito em 03/03/2015

Betina Hillesheim: doutora em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, professora e pesquisadora do curso de psicologia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil.

Anita Guazzelli Bernardes: doutora em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, professora e pesquisadora do curso de psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, Brasil.